

Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2011

fevereiro de 2012
Este relatório contém 37 páginas



CONTEÚDO

	<u>Pág.</u>
I	
Demonstrações financeiras	
Demonstração dos resultados	4
Demonstração do rendimento integral	4
Balanço	5
Demonstração das alterações no capital próprio	6
Demonstração de fluxos de caixa	6
II	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
II.1	
Políticas contabilísticas	7
II.2	
Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas	14
II.3	
Notas à demonstração dos resultados	
Nota 1	15
Nota 2	15
Nota 3	15
Nota 4	16
Nota 5	17
Nota 6	17
II.4	
Notas ao balanço	
Nota 7	18
Nota 8	18
Nota 9	19
Nota 10	20
Nota 11	21
Nota 12	21
Nota 13	21
Nota 14	21
Nota 15	22
Nota 16	22
Nota 17	22
Nota 18	27
II.5	
Outras notas	
Nota 19	28
Nota 20	28
Nota 21	29
Nota 22	29
Nota 23	30
Nota 24	34
Nota 25	34

III	Inventário de títulos
IV	Relatório dos auditores



I Demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados

Rendimentos e Gastos	Notas	Eur	
		2011	2010
Vendas e serviços prestados	1	11.141.657	11.263.946
Fornecimentos e serviços externos	2	(3.865.771)	(3.993.442)
Gastos com o pessoal	3	(1.185.092)	(1.202.518)
Provisões (aumentos/reduções)	16	-	(150.000)
Outros rendimentos e ganhos	4	265.321	822.779
Outros gastos e perdas	4	(666.354)	(253.501)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5.689.761	6.487.264
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(5.154)	(18.153)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5.684.607	6.469.111
Juros e gastos similares obtidos	5	687.893	410.852
Juros e gastos similares suportados	6	(92.359)	(56.215)
Resultado antes de impostos		6.280.141	6.823.747
Imposto sobre o rendimento do exercício	10	(1.763.644)	(1.976.560)
Resultado líquido do exercício		4.516.497	4.847.187

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Toc 3502

António Gesteira

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração do rendimento integral

	Eur	
	2011	2010
Resultado líquido do exercício	4.516.497	4.847.187
Alterações de justo valor, líquidas de imposto		
Ajustamentos em ativos financeiros, bruto	(824.800)	(293.456)
Outras variações no capital próprio (impostos diferidos)	239.191	93.011
	(585.609)	(200.446)
Total do rendimento integral	3.930.888	4.646.742

Demonstração das alterações no capital próprio

	Eur							
	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Saldos em 1 de Janeiro de 2010	1.200.000	292.346	3.329.330	(316.335)	83.829	8.032.756	4.533.445	17.155.371
Transferência de resultados	-	-	-	-	-	4.533.445	(4.533.445)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	-	-	(293.456)	93.011	-	-	(200.445)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	4.847.187	4.847.187
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	1.200.000	292.346	3.329.330	(609.791)	176.840	12.566.201	4.847.187	21.802.113
Transferência de resultados	-	-	-	-	-	4.847.187	(4.847.187)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(7.000.000)	-	(7.000.000)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	-	-	(824.800)	239.191	-	-	(585.609)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	4.516.497	4.516.497
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	1.200.000	292.346	3.329.330	(1.434.591)	416.031	10.413.388	4.516.497	18.733.001

Demonstração de fluxos de caixa

	Eur	
	2011	2010
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	4.516.497	4.847.187
<i>Ajustamentos por:</i>		
Variação nos impostos ativos / passivos	(648.674)	255.042
Amortizações do exercício	5.154	13.437
<i>Variações nos ativos e passivos operacionais</i>		
Devedores diversos	474.541	(225.515)
Outros ativos e passivos	(190.936)	203.797
Credores diversos	319.407	(499.235)
	4.475.989	4.594.713
Fluxos de caixa de atividades de investimento	1.492.338	(10.820.034)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	(7.000.000)	-
Variação líquida em caixa e equivalentes	(1.031.673)	(6.225.321)
Caixa e equivalentes no início do período	3.445.170	9.670.491
Caixa e equivalentes no final do período	2.413.497	3.445.170

Balanço

Ativo	Notas	Eur	
		2011	2010
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	1.784	-
Ativos intangíveis	8	1.044	5.893
Outros Ativos financeiros	9	14.818.833	16.898.867
Ativos com benefícios a empregados	17	67.822	38.017
Ativos por impostos diferidos	10	463.131	216.881
		15.352.614	17.159.658
Ativo corrente			
Clientes	11	2.734.092	2.579.643
Adiantamentos a fornecedores	12	222	666.343
Estado e outros entes públicos	10	24.728.015	24.728.015
Acionistas/sócios	19	4.182	-
Outras contas a receber	13	226.036	193.087
Caixa e depósitos bancários	14	2.413.497	3.445.170
		30.106.044	31.612.258
Total do Ativo		45.458.658	48.771.916
Capital Próprio e Passivo			
Capital próprio			
Capital realizado		1.200.000	1.200.000
Reservas legais		292.346	292.346
Outras reservas		3.329.330	3.329.330
Resultados transitados		10.413.388	12.566.201
Ajustamentos em Ativos financeiros		(1.434.591)	(609.791)
Outras variações no capital próprio		416.031	176.840
Resultado líquido do exercício		4.516.497	4.847.187
Total do capital próprio	15	18.733.001	21.802.113
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	16	150.000	330.760
Passivos com benefícios a empregados	17	19.629	-
		169.629	330.760
Passivo corrente			
Fornecedores		258.255	13.240
Estado e outros entes públicos	10	1.129.429	1.531.853
Acionistas/sócios	19	43.056	15.702
Outras contas a pagar	18	25.125.288	25.078.248
		26.556.028	26.639.043
Total do passivo		26.725.657	26.969.803
Total do Capital Próprio e Passivo		45.458.658	48.771.916

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Toc 3502



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



II Notas explicativas às demonstrações financeiras

II.1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Pensõesgere”), com sede social na Avenida José Malhoa, N.º 27, 1070-157 Lisboa, anteriormente designada Pensõesgest – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., foi constituída em Lisboa, no ano de 1995. Em 1 de Dezembro de 1999, procedeu-se à fusão das sociedades Pensõesgest – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., Vanguarda – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e Præmium – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., por incorporação, mediante a transferência global do património da Vanguarda – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e da Præmium – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., com inerente dissolução destas, para a sociedade Pensõesgere – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., de acordo com o disposto no artigo 97º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

A sociedade incorporante, em resultado da fusão, adotou a forma societária de Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, sendo modificados o seu objeto social, capital e designação social.

Posteriormente, em 30 de dezembro de 2000, procedeu-se à fusão da Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e Mello Ativos Financeiros – Gestora de Fundos de Pensões, S.A., por incorporação, mediante transferência global do património da sociedade Mello Ativos Financeiros para a Pensõesgere, com consequente extinção da sociedade incorporada, nos termos do disposto no artigo 97º, nº1, do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

A atividade da Sociedade é regulada pelo Decreto – Lei nº 475/99 de 9 de Novembro e outra legislação aplicável às Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões.

A Sociedade tem por objetivo principal a gestão, administração e representação de Fundos de Pensões.

A Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é detida a 100% pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., com sede na Avenida José Malhoa, nº27 em Lisboa, a qual elabora as demonstrações financeiras consolidadas.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, no âmbito do disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, Artº 4º, a Pensõesgere adotou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da Pensõesgere agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e foram preparadas de acordo com os IFRS adotados pela União Europeia até 31 de Dezembro de 2011.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 27 de fevereiro de 2012.

Em 2011 a Pensõesgere adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2011. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 25. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos outros ativos financeiros ao justo valor através de reservas. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

As áreas que envolvem maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das Demonstrações Financeiras, encontram-se analisadas na nota II.2.

b) *Ativo financeiros*

Classificação

A Pensõesgere classifica os seus ativos financeiros no início da transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativo financeiros ao justo valor através dos resultados - Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.
- Ativos financeiros disponíveis para venda - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Pensõesgere tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.
- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações correntes.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iii) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação (“trade date”), ou seja, na data em que a Pensõesgere se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Pensõesgere ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou a Pensõesgere tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“bid-price”). Na ausência de cotação, a Pensõesgere estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Reclassificação entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos concedidos e

contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que sejam cumpridos os requisitos definidos na norma, nomeadamente:

- se um ativo financeiro, na data da reclassificação apresenta características de um instrumento de dívida para o qual não existe mercado ativo; ou
- quando exista algum evento não comum ou altamente improvável que ocorra de novo no curto-prazo, significando que o evento pode ser classificado como uma circunstância rara.

A Pensõesgere não adotou esta possibilidade.

Imparidade

A Pensõesgere avalia regularmente se existe evidência objetiva que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas da Pensõesgere, 25% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, que corresponde à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda por imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“trade date”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente nos resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“discounted cash flows”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado. Os instrumentos financeiros derivados para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas nos resultados.

c) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a tomadores de seguro, resseguradores e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

d) *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativo e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) *Operações em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

f) *Ativos tangíveis*

Os ativos tangíveis da Sociedade encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	Número de anos
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros ativos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

g) *Ativos intangíveis*

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Sociedade necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Sociedade, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados da Sociedade enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

h) Locações

A Pensõesgere classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Pensõesgere à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras - como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

i) Caixa e disponibilidades

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

j) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Pensõesgere tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

k) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

l) Reconhecimento de prestação de serviços e comissões

Os rendimentos de prestação de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de prestação de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de prestação de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

m) Benefícios aos empregados

Plano de benefício definido

A Pensõesgere assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora ("CCT").

Em 23 de dezembro de 2011 foi assinado um novo Plano CCT. De acordo com este CCT revisto, foram introduzidas algumas alterações, as quais podem ser sucintamente apresentadas como segue: (i) será pago aos empregados um bónus adicional durante o primeiro trimestre de 2012; (ii) será atribuído aos empregados um novo prémio de permanência sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (iii) substituição do atual plano de benefício definido para um plano de contribuição definida, para os empregados contratados até 1995; e (iv) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2013.

Os benefícios previstos nos planos de pensões base são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT)". Os benefícios complementares são atribuídos de acordo com o plano de pensões do Grupo.

As obrigações com pensões de reforma da Sociedade estão cobertas por um fundo designado de "Fundo de Pensões Aberto – Horizonte Valorização".

As responsabilidades da Sociedade com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Sociedade, individualmente para cada plano.

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos ativos do plano deduzidos do "unwinding" dos passivos do plano, são registados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades da Sociedade com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual e o justo valor de quaisquer ativos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de Empresas de *rating* de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

De acordo com o método do corredor os ganhos e perdas atuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, são imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano.

Os encargos com reformas antecipadas, assim como os correspondentes ganhos e perdas atuariais, são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

O plano é financiado anualmente com contribuições de cada uma das Companhias da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Sociedade avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para o Plano de contribuição definida, aplicável ao Plano complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Sociedade são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Benefícios de saúde

A Pensõesgere assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador na Sociedade até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades da Pensõesgere com a assistência médica vitalícia, é semelhante à mensuração e reconhecimento das responsabilidades com pensões acima descritas.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Sistema de incentivos baseados em ações

À data de 31 de dezembro de 2011, não se encontra em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

n) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A Pensõesgere procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

o) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas do Grupo pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Pensõesgere são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Pensõesgere é apresentada na anterior Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Pensõesgere poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Sociedade determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. De acordo com as políticas da Sociedade, 25% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para títulos de capital e eventos os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Sociedade.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Impostos sobre os lucros

A Pensõesgere encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Pensõesgere, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração Pensõesgere, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

II.3 Notas à demonstração dos resultados

Nota 1 – Vendas e serviços prestados

As Prestações de serviços, no montante de Euros 11.141.657 (2010: Euros 11.263.946), foram integralmente realizadas em Portugal.

Nota 2 – Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2011	2010
Trabalhos especializados	865.250	885.329
Publicidade e propaganda	5.333	8.372
Comissões	2.928.340	3.036.509
Conservação e reparação	7.892	5.707
Deslocações e estadas	11.041	10.136
Outros	47.915	47.389
Total	3.865.771	3.993.442

As comissões são maioritariamente relacionadas com a gestão das carteiras de investimentos da Sociedade e dos Fundos de Pensões sob a sua gestão, efetuada pela F&C.

Nota 3 – Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2011	2010
Remunerações Órgão sociais	1.000	1.000
Remunerações ao Pessoal:		
Remuneração mensal	592.679	660.331
Subsídios e bónus	248.035	224.330
Benefícios pós-emprego	96.728	63.283
Encargos sobre remunerações	177.686	202.294
Seguros obrigatórios	4.615	5.560
Outros custos com o pessoal	64.349	45.720
Total	1.185.092	1.202.518

Em 2011 e 2010 as Remunerações aos Órgãos Sociais respeitam na totalidade a remunerações pagas ao Conselho Fiscal.

Nota 4 – Outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas

Os Outros rendimentos e ganhos são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2011	2010
Valias realizadas em outros ativos financeiros	35.730	24.338
Correções relativas a exercícios anteriores	180.760	8.513
Impostos indiretos	-	605.086
Outros rendimentos e ganhos	48.831	184.842
Total	265.321	822.779

Em 31 de dezembro de 2011, o proveito de Euros 180.760 registado como correções relativas a exercícios anteriores respeita à anulação de uma provisão que havia sido constituída para pagamento de uma coima imposta pelo Instituto de Seguros de Portugal. Em 2011 esta coima foi retirada.

Em 2010, os ganhos decorrentes de Impostos indiretos diziam respeito à recuperação de IVA pago indevidamente sobre comissões da F&C.

Os Outros gastos e perdas são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2011	2010
Impostos indiretos	164.488	-
Taxas	136.380	8.159
Valias realizadas em outros ativos financeiros	70.772	196.802
Imparidade ativos financeiros	257.185	-
Outros	37.529	48.540
Total	666.354	253.501

A imparidade relativa a ativos financeiros respeita à dívida pública grega, que foi vendida na totalidade até 31 de dezembro de 2011 (ver nota 22).

9

Nota 5 – Juros e gastos similares obtidos

Os Juros e gastos similares obtidos são analisados como segue:

		<i>Eur</i>
	2011	2010
Juros obtidos de depósitos	72.714	120.920
Dividendos obtidos	3.453	-
Juros obtidos de outros ativos financeiros	611.726	289.932
	687.893	410.852

Nota 6 – Juros e gastos similares suportados

Os Juros e gastos similares suportados são analisados como segue:

		<i>Eur</i>
	2011	2010
Juros suportados	72.601	44.260
Outros	19.758	11.955
	92.359	56.215

9

17

II.4 Notas ao balanço

Nota 7 – Ativos tangíveis

Os Ativos tangíveis são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2011	2010
Equipamento Administrativo	28.881	26.792
Amortizações acumuladas	(27.097)	(26.792)
Ativos tangíveis líquidos	1.784	-

Em 2011 e 2010, as movimentações ocorridas nos ativos tangíveis respeitam a aquisições no montante de Euros 2.089 (2010: não verificado) e ao registo de amortizações do exercício no montante de Euros 305 (2010: Euros 4.716).

Nota 8 – Ativos intangíveis

Os Ativos intangíveis são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2011	2010
Outros ativos intangíveis - software	72.582	72.582
Amortizações acumuladas	(71.538)	(66.689)
Ativos intangíveis líquidos	1.044	5.893

Em 2011 e 2010, as movimentações ocorridas nos ativos intangíveis resultam na totalidade do registo das amortizações do exercício, no montante de Euros 4.849 (2010: Euros 13.437).

Nota 9 – Outros ativos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta conta é analisado como segue:

		<i>Eur</i>
	2011	2010
Dívida pública	8.044.799	9.763.220
Obrigações de outros emissores	6.066.843	6.695.255
Ações e unidades de participação em fundos	498.336	237.489
Juros a receber	208.855	202.903
Total	14.818.833	16.898.867

Dos quais:

Nível 1	14.739.836	16.799.812
Nível 2	78.997	99.055
Nível 3	-	-
	14.818.833	16.898.867

De acordo com o IFRS7, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial como disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers';

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

9

[Handwritten signatures and marks]

Nota 10 – Impostos correntes e diferidos

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2011 foi apurado pela Sociedade com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 29% (2010: 29%), a qual corresponde à taxa nominal aprovada à data de balanço.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 os saldos ativos e passivos relativos a impostos registados no Balanço da Sociedade são analisados como segue:

	Eur	
	2011	2010
Ativos por impostos correntes	24.728.015	24.728.015
Ativos por impostos diferidos	463.131	216.881
Ativos por impostos	25.191.146	24.944.896
Passivos por impostos correntes	1.129.429	1.531.853
Imposto sobre rendimento	36.705	496.075
Outros impostos e taxas	1.092.724	1.035.778
Passivos por impostos	1.129.429	1.531.853

O montante de Euros 24.728.015 é relativo a IVA associado a uma dação de imóveis efetuada ao Fundo de Pensões do Grupo BCP.

Em 2003, atendendo às responsabilidades estimadas e de forma a reforçar o património do referido Fundo, foi celebrado um contrato de dação de imóveis entre a proprietária dos ativos, a Millenniumbcp – Prestação de Serviços, A.C.E. (anteriormente designada por Servibanca – Prestação de Serviços, A.C.E.) e a Pensõesgere, enquanto entidade gestora e representante do Fundo BCP. Ainda que as transações de imóveis, por norma, não sejam sujeitas ao pagamento de IVA, pelo facto de na data ter sido solicitada a dispensa de cumprimento dessa isenção, o imposto foi liquidado ao Estado. Resultou desta situação que o Estado assumiu uma posição devedora face à Pensõesgere, pelo montante do IVA a reembolsar, e o Fundo BCP uma posição credora face à Pensõesgere, a regularizar aquando do recebimento desse reembolso. Este facto justifica a existência do saldo credor e devedor de igual montante (Euros 24.728.015) no Balanço da Sociedade.

De referir que a antiguidade destes saldos devedor e credor resultam de divergências no que respeita ao direito de reembolso do IVA pela Pensõesgere, atendendo a que a Direção Geral de Impostos alega que o pedido de isenção do imposto apenas deveria ter sido solicitado após a realização da escritura. Neste contexto a Pensõesgere efetuou em 29 de Dezembro de 2004 um recurso hierárquico dirigido ao Ministro das Finanças, sobre o qual, até à data de 31 de Dezembro de 2011, ainda não foi divulgada a respetiva conclusão.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 podem ser analisados como segue:

	Eur					
	Ativos		Passivos		Líquido	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Ativos financeiros	416.031	176.840	-	-	416.031	176.840
Benefícios pós-emprego	41.407	40.041	-	-	41.407	40.041
Outros	5.693	-	-	-	5.693	-
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	463.131	216.881	-	-	463.131	216.881

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2011 e 2010 é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2011	2010
Impostos correntes	1.770.702	1.983.378
Impostos diferidos	(7.058)	(6.818)
	<u>1.763.644</u>	<u>1.976.560</u>

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	<i>Eur</i>	
	2011	2010
Resultado antes de impostos	6.280.141	6.823.747
Taxa de imposto	29,0%	29,0%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	<u>1.821.241</u>	<u>1.978.887</u>
Outras diferenças permanentes	(57.597)	(2.327)
	<u>1.763.644</u>	<u>1.976.560</u>

Nota 11 – Clientes

Os saldos a receber registados na rubrica de Clientes, no montante de Euros 529.468 (2010: Euros 2.579.643) resultam diretamente da atividade desenvolvida pela Sociedade, relativamente aos quais está registada imparidade no montante de Euros 31.872 (2010: Euros 54.445).

Nota 12 – Adiantamentos a fornecedores

No âmbito do contrato de gestão discricionária de valores mobiliários celebrado com o fornecedor F&C, era emitida mensalmente uma fatura, incluindo o IVA à taxa normal em vigor. Pelo facto destas operações serem isentas, de acordo com a alínea g) do n.º 27 do art.º 9º do CIVA, o montante de Euros 666.343 em 2010, refletia o montante de IVA pago indevidamente pela Sociedade, sobre o qual se aguardava o respetivo reembolso. Este reembolso foi recebido em 2011.

Nota 13 – Outras contas a receber

Os saldos a receber registados na rubrica de Outras contas a receber, no montante de Euros 226.036 (2010: Euros 193.087) resultam essencialmente de comissões pela gestão dos Fundos de Pensões reconhecidas no exercício, mas cujo recebimento apenas irá ocorrer em 2012.

Nota 14 – Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta conta corresponde na totalidade a depósitos bancários.

Nota 15 – Capital, reservas e resultados transitados

Capital

O capital da Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., de Euros 1.200.000, representado por 240.000 ações de valor nominal Euros 5 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é detida a 100% pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., com sede na Avenida José Malhoa, n.º27 em Lisboa, a qual elabora as demonstrações financeiras consolidadas.

Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Sociedade, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do seu capital social.

Nota 16 – Provisões

Em 2011 e 2010, as provisões do exercício resultam do montante de Euros 150.000 constituído no exercício anterior para fazer face aos custos incorridos com o processo de pedido de reembolso de IVA associado às comissões a pagar à F&C (ver nota 12).

Adicionalmente em 2010, as provisões do exercício incluíam o montante de Euros 180.760, relativo a uma coima imposta pelo Instituto de Seguros de Portugal, que em 2011 foi retirada (ver nota 4).

Nota 17 – Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Pensões de reforma e outros benefícios

A Pensõesgere assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (“CCT”). Adicionalmente a Sociedade assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia.

Em 23 de dezembro de 2011 foi assinado um novo Plano CCT. De acordo com este CCT revisto, foram introduzidas algumas alterações, as quais podem ser sucintamente apresentadas como segue: (i) será pago aos empregados um bónus adicional durante o primeiro trimestre de 2012; (ii) será atribuído aos empregados um novo prémio de permanência sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (iii) substituição do atual plano de benefício definido para um plano de contribuição definida, para os empregados contratados até 1995; e (iv) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2013. Ainda que a transferência de fundos apenas vá ocorrer em 2012, em resultado da alteração do CCT acima mencionado, a Sociedade registou o impacto da liquidação do plano de benefício definido tal como estabelecido no CCT (plano base). No seguimento de uma decisão da Administração, a liquidação da responsabilidade será efetuada considerando uma taxa de desconto de 4%. Em resultado desta decisão, a Sociedade registou uma perda de Euros 73.000.

No seguimento de deliberação da Comissão Executiva datada de 23 de novembro de 2006, os empregados admitidos até 22 de setembro de 2006 mantêm, em termos do Plano Complementar, o plano de benefício definido, o qual se encontra financiado pela Adesão Coletiva n.º72 ao Fundo Pensões Aberto ‘Horizonte Valorização’.

Anualmente, a Sociedade procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação atuarial efetuada em cada ano.

A avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios da Pensõesgere é efetuada anualmente, sendo a última com a data de referência de 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2011	2010
Número de participantes		
Ativos	20	20
Reformados e Pensionistas	1	1
	21	21

A análise comparativa dos pressupostos atuariais é apresentada como segue:

	2011	2010
Taxa de desconto	5,25%	5,25%
Taxa de crescimento salarial	2,75%	2,75%
Taxa de rendimento esperada do fundo	5,25%	5,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%
Tábua de mortalidade		
Homens	TV88/90	TV88/90
Mulheres	TV 88/90 - 2 anos	TV 88/90 - 2 anos
Método atuarial	Unidade de Crédito Projetada	Unidade de Crédito Projetada

9

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2011 e 2010, são como segue:

	2011				2010		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Responsabilidades por benefícios	(878.797)	(133.271)	(19.629)	(1.031.697)	(681.658)	(133.854)	(815.512)
Justo valor dos ativos do fundo	941.066	-	-	941.066	868.950	-	868.950
Valor líquido	62.269	(133.271)	(19.629)	(90.631)	187.292	(133.854)	53.438
(Ganhos)/perdas atuariais não reconhecidos	146.611	(7.787)	-	138.824	(11.202)	(4.219)	(15.421)
Ativos/(responsabilidades) líquidas de Balanço	208.880	(141.058)	(19.629)	48.193	176.090	(138.073)	38.017

O acréscimo das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é analisado como segue:

	2011				2010		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Responsabilidades em 1 de janeiro	681.658	133.854	-	815.512	822.840	132.957	955.797
Custo do serviço corrente	17.279	6.248	-	23.527	57.952	6.461	64.413
Custo dos juros	35.540	6.961	-	42.501	43.199	6.959	50.158
Custo do serviço passado	-	-	19.629	19.629	-	-	-
Pagamentos efetuados pelo fundo ou pelo Grupo	(10.100)	(1.724)	-	(11.824)	(3.917)	(718)	(4.635)
(Ganhos)/ perdas atuariais	73.179	(3.568)	-	69.611	(196.984)	(11.805)	(208.789)
Efeito da liquidação do Plano do CCT	72.741	-	-	72.741	-	-	-
Transferências entre fundos	8.500	(8.500)	-	-	(41.432)	-	(41.432)
Responsabilidades em 31 de dezembro	878.797	133.271	19.629	1.031.697	681.658	133.854	815.512

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, são como segue:

	2011				2010		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Custo do serviço corrente	17.279	6.248	-	23.527	57.952	6.461	64.413
Custo dos juros	35.540	6.961	-	42.501	43.199	6.959	50.158
Rendimento esperado do fundo	(42.041)	-	-	(42.041)	(51.288)	-	(51.288)
Custo do serviço passado	-	-	19.629	19.629			
Efeito da liquidação do Plano do CCT	72.741	-	-	72.741	-	-	-
Transferências entre fundos	8.500	(8.500)	-	-			
Custo do exercício	92.019	4.709	19.629	116.357	49.863	13.420	63.283

A variação do valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é analisada como segue:

	Eur	
	2011	2010
Saldo em 1 de janeiro	868.950	942.719
Contribuições da Sociedade	124.809	13.484
Pagamentos efetuados pelo fundo	(10.100)	(3.917)
Retorno esperado do fundo	42.041	51.288
Ganhos/(perdas) atuariais do fundo	(84.634)	(93.192)
Transferências entre fundos	-	(41.432)
Saldo em 31 de dezembro	941.066	868.950

G

25

Os ganhos e perdas atuariais em 2011 e 2010, são analisadas como segue:

	2011			2010			<i>Eur</i>
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
(Ganhos)/ perdas atuariais no início do exercício	(11.202)	(4.219)	-	(15.421)	92.590	7.586	100.176
(Ganhos)/ perdas atuariais nas responsabilidades	145.920	(3.568)	-	142.352	(196.984)	(11.805)	(208.789)
(Ganhos)/perdas atuariais do fundo	84.634	-	-	84.634	93.192	-	93.192
Efeito da liquidação do Plano do CCT	(72.741)	-	-	(72.741)	-	-	-
(Ganhos)/ perdas atuariais no final do exercício	146.611	(7.787)	-	138.824	(11.202)	(4.219)	(15.421)

Em 31 de Dezembro de 2011 as (perdas) atuariais resultantes de alterações dos pressupostos atuariais foram de Euros (43.000). Em 2010, a alteração dos pressupostos resultou num ganho atuarial de Euros 26.000.

As contribuições para o Fundo de Pensões efetuadas pela Sociedade ascenderam a Euros 125.000 (2010: Euros 93.000), as quais foram na sua totalidade efetuadas em dinheiro. Do montante contribuído em 2011, Euros 12.000 correspondem ao montante para o Plano de Contribuição Definida respeitante à atribuição do exercício de 2010.

Os Ativos/(responsabilidades) líquidas são analisadas como segue:

	2011			2010			<i>Eur</i>
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Ativos/(responsabilidades) em 1 janeiro em Balanço	176.090	(138.073)	-	38.017	212.469	(125.371)	87.098
Custo normal	(92.019)	(4.709)	(19.629)	(116.357)	(49.863)	(13.420)	(63.283)
Contribuições dos empregados e outras contribuições	124.809	1.724	-	126.533	13.484	718	14.202
Ativos/(responsabilidades) em 31 dezembro em Balanço	208.880	(141.058)	(19.629)	48.193	176.090	(138.073)	38.017

A evolução dos benefícios dos empregados e do justo valor dos ativos do fundo são analisadas como segue:

	<i>Eur</i>	
	2011	2010
Responsabilidades por benefícios	(1.031.697)	(815.512)
Justo valor dos ativos do fundo	941.066	868.950
Valor líquido	(90.631)	53.438
Ganhos e (perdas) atuariais não reconhecidos	138.824	(15.421)
Ativos/(responsabilidades) líquidas em balanço	48.193	38.017

Os ativos do fundo de pensões são decompostos da seguinte forma:

	<u>2011</u>	<u>Eur</u> <u>2010</u>
Títulos rendimento variável	-	3.198
Títulos rendimento fixo	568.318	539.667
Outros	372.748	326.085
	<u>941.066</u>	<u>868.950</u>

Nota 18 – Outras contas a pagar

Os saldos a pagar registados na rubrica de Outras contas a pagar incluem maioritariamente o montante de Euros 24.728.015 (2010: Euros 24.728.015) relativo ao IVA associado a uma dação de imóveis efetuada ao Fundo de Pensões do Grupo BCP, conforme referido nota 10.

II.5 Outras notas

Nota 19 - Transações com partes relacionadas

A análise das transações com partes relacionadas em 2011 e 2010, é analisada como segue:

Balanco	Eur			
	Grupo BCP	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.177.345	-	-	1.177.345
Empréstimos concedidos e contas receber	1.200.000	-	-	1.200.000
Ativos financeiros disponíveis para venda	78.997	-	-	78.997
Outros ativos	-	2.317.715	67.822	2.385.537
Total do ativo	2.456.342	2.317.715	67.822	4.841.879
Outros passivos	43.056	-	-	43.056
Total do passivo	43.056	-	-	43.056
Líquido Ativo / (Passivo) 2011	2.413.286	2.317.715	67.822	4.798.823
Líquido Ativo / (Passivo) 2010	3.501.540	2.061.307	38.017	5.600.864

Demonstração de resultados	Eur			
	Grupo BCP	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Total
Dividendos e juros a receber	79.063	-	-	79.063
Comissões de gestão financeira e administrativa	-	8.226.943	-	8.226.943
Total de proveitos	79.063	8.226.943	-	8.306.006
Comissão de comercialização de fundos de pensões	(53.200)	-	-	(53.200)
Gastos gerais e administrativos	(595.593)	-	(96.728)	(692.321)
Total de custos	(648.793)	-	(96.728)	(745.521)
Líquido Proveitos / (Custos) 2011	(569.730)	8.226.943	(96.728)	7.560.485
Líquido Proveitos / (Custos) 2010	(509.710)	8.241.497	(63.283)	7.668.504

As transações com Partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transações similares.

Nota 20 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do spread atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela Pensõesgere são os seguintes:

Caixa e Depósitos bancários

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Outros ativos financeiros (Ativos financeiros disponíveis para venda)

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

No caso das ações não cotadas, são valorizadas ao custo histórico, sempre que não exista valores de mercado disponíveis que suportem a sua cotação e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

Clientes, Adiantamentos a fornecedores, Outras contas a receber, Outras contas a pagar, Fornecedores

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Nota 21 – Passivos contingentes e compromissos

Passivos contingentes

A Sociedade não está diretamente envolvida em processos judiciais em Portugal que possam resultar em responsabilidades a pagar.

Garantias

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 não havia garantias prestadas ou recebidas.

Nota 22 – Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de bailout

Com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a exposição à dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de bailout, é apresentada em seguida:

País	Eur					
	Valor contabilístico	Justo valor	2011 Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média	Nível de valorização
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Level 1	5.294.512	5.294.512	(746.523)	2,7%	1,9	L1
Level 2	138.761	138.761	(46.875)	3,3%	3,0	L2
Total	5.433.273	5.433.273	(793.398)	2,7%	1,9	
Grécia						
Total	-	-	-	-	-	-
País	Eur					
	Valor contabilístico	Justo valor	2010 Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média	Nível de valorização
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Level 1	9.043.677	9.043.677	(198.481)	1,9%	1,8	L1
Level 2	181.282	181.282	0	3,3%	4,0	L2
Total	9.224.959	9.224.959	(198.481)	1,9%	1,9	
Grécia						
Ativos financeiros disponíveis para venda	415.349	415.349	(132.212)	3,8%	3,8	L1
Total	415.349	415.349	(132.212)	3,8%	3,8	

De acordo com o IFRS7, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial como disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers'

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida

Nota 23 – Gestão de riscos

A Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A dedica-se à gestão, administração e representação de Fundos de Pensões e assumir riscos é intrínseco na forma como a empresa cria valor para os seus beneficiários. O objetivo é, por conseguinte, certificar-se que os riscos inerentes podem ser identificados e geridos de forma eficaz dentro de um sistema de gestão de risco devidamente implementado. A Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. vê uma boa gestão de risco como a chave na garantia de um crescimento rentável sustentável e, consequentemente, uma competência nuclear.

Dentro do modelo de governo da Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é estabelecida uma estrutura organizacional de gestão de risco, que interage ativamente com a estrutura de gestão de risco do Grupo Ageas.

A abordagem da Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. relativa à gestão de riscos baseia-se num processo, com princípios de orientação e num quadro robusto e formalizado, definindo, através de um conjunto de regulamentos, as normas de conduta, os limites e os mínimos de aceitação de riscos pré-identificados de acordo com uma taxonomia de risco. Esta taxonomia descreve as funções e responsabilidades no âmbito da gestão de riscos e define também os requisitos de reporte.

A Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. tem várias componentes da função de gestão de riscos centralizadas no Administrador responsável pelo pelouro financeiro (CFO), sendo ao mesmo tempo o responsável pelo risco (CRO).

Os principais riscos dentro da taxonomia de risco da Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., foram definidos com o objetivo de assegurar uma abordagem coerente e abrangente para identificação dos riscos, avaliação e monitorização.

A taxonomia de risco adotada pelo Grupo é dividida em quatro grandes categorias onde os três primeiros riscos são quantificados dentro do pilar I no âmbito da diretiva de Solvência II;



Para a Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., apenas o Risco Financeiro e o Risco Operacional são os únicos que estão inteiramente ligados a esta empresa.

Riscos Financeiros

Os riscos financeiros são divididos em duas diferentes categorias: *risco de incumprimento da contraparte* e *risco de mercado*.

Risco de Incumprimento da Contraparte

O *Risco de Incumprimento da Contraparte* reflete possíveis perdas decorrentes da incapacidade de uma contraparte e/ou devedores cumprirem os termos acordados. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como acordos de resseguro, titularizações e derivados e dívidas a receber de intermediários.

Este risco é essencialmente relevante nas suas carteiras de investimentos financeiros, através da sua exposição a obrigações.

Tendo em conta a possibilidade de sobreposição entre o risco de *spread* e do risco de incumprimento da contraparte, a taxonomia de risco da Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é elaborada por forma a garantir que todos os riscos relacionados com o crédito sejam identificados e cobertos por um dos tipos de risco referidos, não havendo lugar à dupla contabilização.

Risco de Mercado

O *Risco de Mercado* significa o risco de perda ou de alteração na situação financeira resultante, direta ou indiretamente, de flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, ativos e passivos.

A Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. reconhece que este risco é inevitável e que um certo nível de risco de mercado é aceitável para oferecer benefícios aos clientes e aos acionistas.

Para a Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. o risco de mercado decorre principalmente dos processos de investimentos em obrigações.

A diversificação é uma das ações de mitigação para reduzir o risco de investimento, e por conseguinte são realizadas monitorizações à carteira de títulos de investimento no âmbito das classificações, indústrias, mercados e países.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimento repartida por “investimentos disponíveis para venda”, “investimentos ao justo valor através de resultados”, “investimentos detidos até à maturidade” bem como “carteira de negociação”, por tipo de ativo:

Carteira de Investimento	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Ativos financeiros disponíveis para venda	14.818.833	100,0%	16.855.229	100,0%
Dívida pública	8.790.675	59,3%	10.615.793	63,0%
Obrigações	5.529.821	37,3%	6.001.946	35,6%
Fundos de investimento:				
Imobiliário	498.337	3,4%	237.490	1,4%
Total	14.818.833		16.855.229	

As obrigações detidas pela Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. podem ser decompostas por tipo de setor:

Obrigações por tipo de indústria	Ativos financeiros disponíveis para venda		Eur	
	2011	2010	2011	2010
	Valor	%	Valor	%
Dívida pública	8.790.675	61,4%	10.615.793	63,9%
Instituições financeiras	4.755.760	33,2%	5.148.562	31,0%
Operações de securitização	-	0,0%	236.938	1,4%
Indústria	296.795	2,1%	42.425	0,3%
Setores básicos e energéticos	219.468	1,5%	267.810	1,6%
Consumíveis não cíclicos	-	0,0%	306.211	1,8%
Comunicações	257.798	1,8%	-	0,0%
	14.320.496	100,0%	16.617.739	100,0%

A tabela seguinte mostra a qualidade creditícia dos valores mobiliários (com base em *ratings* externos ou equivalentes):

Obrigações por notação de Rating	Ativos financeiros disponíveis para venda		Eur	
	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
AAA	2.438.288	17,0%	940.043	5,7%
AA	1.858.923	13,0%	2.754.626	16,6%
A	651.188	4,5%	10.765.934	64,8%
BBB	4.819.267	33,7%	1.675.142	10,1%
BB	4.057.463	28,3%	415.349	2,5%
B	495.367	3,5%	-	0,0%
CC	-	0,0%	66.645	0,4%
Total	14.320.496	100,0%	16.617.739	100,0%
Dívida pública - AFDV	8.790.675	61,4%	10.615.793	63,9%
Obrigações - AFDV	5.529.821	38,6%	6.001.946	36,1%
Total	14.320.496	100,0%	16.617.739	100,0%

AFDV - Ativos financeiros disponíveis para venda

Para depósitos em instituições de crédito (com base em *ratings* externos ou equivalentes) e outros devedores, os números são os seguintes:

	2011		Eur	
	Valor	%	Valor	%
Depósitos em Instituições de Crédito				
B	2.413.497	44,88%	3.445.170	50,04%
Outros devedores	2.964.532	55,12%	3.439.073	49,96%
Total	5.378.029	100,00%	6.884.243	100,00%

As unidades de participação em fundos de investimento detidas pela Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., podem ser decompostas por tipo e região geográfica:

Fundos de investimento por zona geográfica	Ativos financeiros disponíveis para venda		Eur
	Portugal	Total	%
Imobiliário	498.337	498.337	100,0%
Total em dezembro 2011	498.337	498.337	100,0%
Imobiliário	237.490	237.490	100,0%
Total em dezembro 2010	237.490	237.490	100,0%

O *risco de câmbio* surge de alterações no nível ou na volatilidade das taxas de câmbio da moeda (Eur) face à divisa de referência dos ativos e passivos.

Na Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. não existe exposição ao risco cambial, uma vez que todos os ativos e passivos estão expressos em euros.

Riscos Operacionais

O risco operacional resulta do risco de perdas resultantes da inexecução ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

Por forma a assegurar, em todos os momentos, que as causas subjacentes e exposições ao risco operacional são identificadas, avaliadas e abordadas pela Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., a gestão do risco operacional foi definida como componente principal da estrutura (ERM) da empresa.

Em particular, engloba processos de todo o grupo, tais como:

- Base de dados de perdas: assegurar a consciência dentro da organização sobre as perdas incorridas (em termos de montantes e frequência). Enquanto a infraestrutura está ainda em estado inicial de desenvolvimento, há um compromisso por parte do *Risk Management* local e do Grupo Ageas de incentivar tais ferramentas de gestão de risco operacional;
- *Key Risk Reporting*: realização periódica de relatórios de risco por forma a garantir uma visão prospetiva sobre o perfil de risco do Grupo, com enfoque no risco operacional. A abordagem consiste numa análise de risco ascendente de autoavaliação visando identificar e avaliar os riscos enfrentados pelo Grupo;
- Gestão da continuidade do negócio: processo de gestão que identifica as potenciais ameaças para uma organização e o impacto nas operações de negócio, que essas ameaças possam ter no caso de ocorrerem. Fornece uma estrutura para a construção de flexibilidade organizacional com a capacidade de dar uma resposta efetiva que salvguarde a reputação, os interesses dos seus *stakeholders*, marca e valor;
- Segurança de Informação: define a estrutura organizacional, gestão e corpo de responsabilidades e as diretivas de informação de segurança aplicadas através da Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..
- Declaração de Controlo de Gestão: enquanto o risco operacional incide sobre os riscos operacionais de evento, o controlo de gestão está associado ao risco de negócio. As equipas de gestão assinam as suas declarações de controlo de gestão no final de cada ano, que é um testemunho do funcionamento da gestão de risco e do sistema de controlo interno durante o ano;
- Outros processos relacionados com controlo interno fazem também parte de uma base sólida da gestão de riscos operacionais.

Esta estrutura é suportada por um regulamento de risco operacional específico tendo por base a respetiva política do Grupo Ageas. Define os princípios de alto nível para a identificação, quantificação, monitorização e comunicação de riscos operacionais encontrados na execução de atividades de negócios do dia-a-dia pela Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.. Como próximos passos, estes princípios serão implementados para processos mais detalhados que precisam de ser seguidos em cada uma das linhas de negócio.

Adicionalmente, este regulamento define as funções e as responsabilidades dos Comitês e unidades de negócios e fornece uma estrutura de governo onde a gestão dos riscos operacionais ocorre. Este regulamento define a interação entre o Grupo Ageas e a Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. relativamente a risco operacional e descreve requisitos de informação.

Do ponto de vista do modelo de governo o departamento de gestão de riscos suporta um comité dedicado a este risco, tendo por seu nome ORIC (risco operacional e controlo interno) focalizando-se na eficácia e aperfeiçoamento da gestão do risco operacional em todo o grupo.

Requisitos de Solvência

O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a norma regulamentar nº 6/2007-R do Instituto de Seguros de Portugal, sendo determinada com base nas demonstrações financeiras estatutárias a 31 de dezembro de 2011.

A Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. faz uma monitorização mensal do seu nível de solvência I, para o qual tem definido um objetivo Operacional de 200%.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a margem de solvência é analisada como se segue:

	<i>Eur</i>	
	31 dezembro 2011	31 dezembro 2010
Rúbrica		
Capital	1.200.000	1.200.000
Reservas Legal e de Reavaliação	2.603.116	3.188.725
Resultados Transitados	10.431.388	12.566.201
Resultado Líquido do Exercício	4.516.497	4.847.187
Distribuição de Resultados do Exercício	-	(7.000.000)
Total Situação Líquida (1)	18.751.001	14.802.113
Activos Intangíveis	(1.044)	(5.893)
Ajuste Pensões Reforma	(138.824)	-
Total (2)	(139.868)	(5.893)
Margem de Solvência Disponível (1) + (2)	18.611.133	14.796.220
Margem de Solvência Exigida	4.539.547	7.392.621
Excesso/ Insuficiência	14.071.586	7.403.599
Rácio Solvência	410 %	200 %

Nota 24 – Ativos sob gestão

Em 2011, os valores dos ativos sob gestão, ascendiam a Euros 3.864.546.840 (2010: Euros 6.717.621.363).

O decréscimo acentuado dos ativos sob gestão resulta essencialmente da transferência de Euros 2.747.408.370 do Fundo de Pensões do Grupo BCP para a Segurança Social, de acordo com os termos previstos no Decreto-lei 127/2011.

Nota 25 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Normas, alterações e interpretações efetivas em ou a partir de 1 de janeiro de 2011

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Sociedade aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de ativos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em outubro de 2010, a IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de ativos financeiros, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de julho de 2011, sendo a sua adoção antecipada permitida.

As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de ativos financeiros, nomeadamente securitizações de ativos financeiros, têm como objetivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam vir a avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em maio de 2010, o IASB publicou o "Annual Improvement Project," o qual efetuou 11 alterações em 7 normas. A data de efetividade das alterações, possibilidade de adoção antecipada e requisitos de aplicação na transição são definidos em cada norma. A maioria das alterações será de aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2011.

A sociedade não obteve qualquer impacto significativo da adoção destas alterações às normas em vigor ao nível das demonstrações financeiras.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para o Grupo

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em novembro de 2009, a IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2015, sendo a sua adoção antecipada permitida. Esta norma, em outubro de 2010 foi alterada. A IFRS 9 não foi ainda adotada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projeto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de ativos financeiros. Os principais aspetos considerados são os seguintes:

- Os ativos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efetuada no momento inicial de reconhecimento dos ativos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses ativos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada ativo financeiro;

- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses ativos financeiros com o objetivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;

- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.

- A exceção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9;

- As alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados na categoria de Opção de justo valor ("*Fair Value option*") serão reconhecidas em "*Other Comprehensive income*" (OCI). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em OCI nunca poderão ser transferidos para resultados.

A Sociedade está a avaliar o impacto da adoção desta norma.

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2011, a IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta norma introduz um novo enfoque na determinação de quais os investimentos que devem ser consolidados (método integral), substituindo a IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a SIC 12 – Consolidação de SPE. Desta forma, apresenta uma nova definição de controlo e requisitos para a sua aplicação.

Um investidor detém controlo sobre uma participada quando está exposto, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao seu poder sobre a participada. Foi introduzido o conceito de "*facto control*".

Dois principais objetivos foram incluídos nesta norma:

- Introdução de um único modelo de consolidação para todo o tipo de entidades, assegurando-se que uma entidade consolida todo as entidades que controla;

- Introdução de requisitos de divulgação mais extensos, nomeadamente sobre os investimentos que a entidade não consolida.

A Sociedade encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 11 - Acordos conjuntos

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2011, a IFRS 11 - Acordos conjuntos, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta norma substitui a anterior norma IAS 31, mantendo a mesma definição de um acordo conjunto. Contudo, foram introduzidas duas novas categorias de acordos conjuntos: 1) "*Joint operations*"; e 2) "*Joint ventures*".

As principais alterações introduzidas por esta norma foram:

- A estrutura dos acordos conjuntos deixou de ser o fator crítico para determinação do modelo contabilístico a seguir. A classificação de um acordo conjunto exige a identificação e avaliação da estrutura, da forma jurídica, do acordo contratual e de outros factos e circunstâncias;

- Introdução da obrigatoriedade de aplicação da equivalência patrimonial a uma joint venture, eliminando assim a opção de consolidação pelo método proporcional.

A Sociedade encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2011, a IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Divulgações mais detalhadas sobre o envolvimento com entidades que consolidam (subsidiárias) e aquelas que não consolidam, nomeadamente:

- A natureza e os riscos associados aos interesses noutras entidades, e
- os efeitos desses interesses ao nível da situação financeira, resultados das operações e fluxos de caixa na entidade que reporta.

A Sociedade encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 13 - Mensuração do justo valor

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2011, a IFRS 13 - Mensuração do justo valor, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta norma apresenta um conceito revisto de justo valor assim como novos requisitos de informação. Desta forma, os principais aspetos considerados são:

- Princípios que estão na base de um justo valor;
- Técnicas de valorização apropriadas e os três níveis de hierarquização dos justos valores; e
- Requisitos mais alargados no que respeita a informação para divulgação.

A Sociedade encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2011, a IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta norma IAS 27 (2011) não introduz alterações sobre os requisitos de aplicação da IAS 27 no âmbito das demonstrações financeiras individuais, apenas clarifica: 1) que uma entidade que prepara demonstrações financeiras individuais terá que seguir todas as normas relevantes das IFRS, e 2) necessidades de requisitos de divulgação.

A Sociedade encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IAS 28 - Investimentos em associadas e Joint ventures

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2011, a IAS 28 - Investimentos em associadas e Joint ventures com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta norma veio substituir a IAS 28 (2003) e descreve o tratamento contabilístico a adotar pelo investidor dos investimentos em associadas e em joint ventures, definindo assim os requisitos contabilísticos para aplicação da equivalência patrimonial, quer para associadas quer para joint ventures.

A IFRS 11 determina qual o tipo de acordo conjunto que uma entidade está envolvida, e uma vez determinado que existe um interesse numa joint venture, uma entidade aplica o método da equivalência patrimonial nas contas consolidadas de acordo com a IAS 28 (revista em 2011), exceto se forem aplicadas as exceções previstas nessa norma.

A IFRS 12 descreve quais os requisitos de divulgação de informação.

A Sociedade encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 7 (Alterada) - Divulgações - Offsetting de ativos e passivos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2011, uma alteração à IFRS 7 - Divulgações - "Offsetting" de ativos e passivos financeiros com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta norma alterou os requisitos de divulgação de informação de modo a que os utilizadores das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito ou potencial efeito da apresentação de forma líquida de ativos e passivos financeiros na situação financeira de uma entidade.

A Sociedade encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma alterada.

IAS 32 (Alterada) - Offsetting de ativos e passivos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2011, uma alteração IAS 32 - "Offsetting" de ativos e passivos financeiros com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2014, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta alteração veio substituir o parágrafo AG38 da IAS 32 pelos novos parágrafos AG38A-AG38F, relativamente às condições requeridos para se efetuar a apresentação de forma líquida de ativos e passivos financeiros, na situação financeira de uma entidade:

- O critério de que uma entidade tem o direito legal de efetuar a liquidação pelo valor líquido dos valores reconhecidos, e
- O critério de que uma entidade tem a intenção de liquidar os valores de forma líquida ou de realizar os ativos e liquidar os passivos em simultâneo.

A Sociedade encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma alterada.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Toc 3502



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



2/17/20

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2011
 Empresa de Seguros: PENSÕESGERE - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
 Nº de identificação: 3820
 Ident. do resp. pela informação: António Gaspar

Valores em euros

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Anexo 1	
							Valor de balanço unitário	Total
1	FILIAIS ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E							
1.1	Títulos Nacionais							
1.1.01	Partes de capital em filiais							
1.1.01	Sub-Total							
1.1.02	Partes de capital em associadas							
1.1.02	Sub-Total							
1.1.03	Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
1.1.03	Sub-Total							
1.1.04	Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
1.1.04	Sub-Total							
1.1.05	Títulos de dívida de filiais							
1.1.05	Sub-Total							
1.1.06	Títulos de dívida de associadas							
1.1.06	Sub-Total							
1.1.07	Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
1.1.07	Sub-Total							
1.1.08	Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
1.1.08	Banko Comercial Português 9.25% 13/10/14		100000	100	100.000,00	100.000,00	78.56732	78.996,91
1.1.08	Sub-Total		100000		100.000,00			78.996,91
1.1.09	Outros títulos em filiais							
1.1.09	Sub-Total							
1.1.10	Outros títulos em associadas							
1.1.10	Sub-Total							
1.1.11	Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
1.1.11	Sub-Total							
1.1.12	Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
1.1.12	Sub-Total							
1.1	Sub-Total		100000		100.000,00	100.000,00		78.996,91
1.2	Títulos Estrangeiros							
1.2.01	Partes de capital em filiais							
1.2.01	Sub-Total							
1.2.02	Partes de capital em associadas							
1.2.02	Sub-Total							
1.2.03	Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
1.2.03	Sub-Total							
1.2.04	Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
1.2.04	Sub-Total							
1.2.05	Títulos de dívida de filiais							
1.2.05	Sub-Total							

 

CÓDIGO		IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		DESIGNAÇÃO		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço		
											unitário	Total	
PTYAIRHM0000	1.2.06		Títulos de dívida de associadas										
	1.2.06		Sub-Total										
	1.2.07		Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos										
	1.2.07		Sub-Total										
	1.2.08		Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes										
	1.2.08		Sub-Total										
	1.2.09		Outros títulos em filiais										
	1.2.09		Sub-Total										
	1.2.10		Outros títulos em associadas										
	1.2.10		Sub-Total										
	1.2.11		Outros títulos em empreendimentos conjuntos										
	1.2.11		Sub-Total										
	1.2.12		Outros títulos de outras empresas participadas e participantes										
	1.2.12		Sub-Total										
	1.2		Sub-Total										
	1		Total					100000			100.000,00		78.996,91
	2		OUTROS										
	2.1		Títulos Nacionais										
	2.1.1		Instrumentos de capital e unidades de participação										
	2.1.1.1		Ações										
	2.1.1.1		Sub-Total										
	2.1.1.2		Títulos participação										
	2.1.1.2		Sub-Total										
	2.1.1.3		Unidades de participação em fundos de investimento										
	2.1.1.3		AF Portfólio Imobiliário - FII	53651						9,2407	495.772,80	9,2885	498.336,42
2.1.1.3		Sub-Total	53651							495.772,80		498.336,42	
2.1.1.4		Outros											
2.1.1.4		Sub-Total											
2.1.1		Sub-Total	53651							495.772,80		498.336,42	
2.1.2		Títulos de dívida											
2.1.2.1		De dívida pública											
2.1.2.1		PGB 3.35% 15/10/15		100000	99,3906					99.390,60	69,05325	69.053,25	
2.1.2.1		PGB 4.45% 15/06/18		500000	95,58					477.900,00	56,89934	284.496,68	
2.1.2.1		PGB 4.75% 14/06/19		100000	104,85					104.850,00	55,41757	55.417,57	
2.1.2.1		PGB 4.8% 15/06/20		600000	88,413					530.478,00	53,86372	323.182,33	
2.1.2.1		PGB 5% 15/06/12		1600000	103,23563					1.651.770,00	99,13409	1.586.145,36	
2.1.2.1		PGB 5.45% 23/09/13		150000	111,045					166.567,50	86,15723	129.235,85	
2.1.2.1		Portugal T-Bill Cpz 20/01/12		2500000	96,03904					2.400.976,01	99,615	2.513.373,72	
2.1.2.1		Sub-Total		5550000						5.431.932,11		4.960.904,76	
2.1.2.2		De outros emissores públicos											
2.1.2.2		Parpública 3.25% 18/12/14 (Convertível)		200000	90,5					181.000,00	69,38062	138.761,23	
2.1.2.2		Parpública 3.5% 08/07/13		500000	96,3					481.500,00	71,3212	358.700,46	
2.1.2.2		Sub-Total		700000						662.500,00		497.461,69	
2.1.2.3		De outros emissores											
2.1.2.3		BES Finance Ltd Float 19/03/12		150000	94,65					141.975,00	98,12875	147.193,12	
2.1.2.3		BRISA 4.797 26/09/13		300000	102,79722					308.391,65	89,51471	268.544,13	
2.1.2.3		Banco BPI 3% 17/07/12		300000	99,282					297.846,00	96,62855	289.885,65	
2.1.2.3		Banco BPI 3.25% 15/01/15		400000	88,25					353.000,00	81,1134	324.453,61	

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS									
CODIGO		DESIGNAÇÃO							
PTBLMGOM0002	2.1.2.3	Banco Espírito Santo 5.625% 05/06/14	100000	99,533	99.533,00	82,02149	82,02149	82,02149	960.435,35
PTCGGFOM0015	2.1.2.3	Caixa Geral Depo 3.625% 21/07/14	11500000	94,82835	1.088.237,50	81,83031	81,83031	81,83031	141.991,56
PTCGF11E0000	2.1.2.3	Caixa Geral Depo 3.875% 06/12/16	200000	92,45	184.900,00	70,99578	70,99578	70,99578	184.344,02
PTCG1LOM0007	2.1.2.3	Caixa Geral Depositos 5.125% 19/02/14	200000	99,707	199.414,00	92,17201	92,17201	92,17201	0,00
91374052151D	2.1.2.3	Fnacinvest/90-95	24600000	0	0,00	0	0	0	28.250,46
PTMTLDOM0005	2.1.2.3	Metro de Lisboa 5.75% 04/02/19	50000	99,658	49.829,00	56,50092	56,50092	56,50092	141.353,08
PTCMKROE0009	2.1.2.3	Montepio Geral 3.25% 27/07/12	150000	98,15	147.225,00	94,23539	94,23539	94,23539	140.240,74
PTCMHXOM0006	2.1.2.3	Montepio Geral Float 29/05/13	200000	88,225	176.450,00	70,12037	70,12037	70,12037	219.467,84
PTRELAOM0000	2.1.2.3	REN Redes Energeticas 7.875% 10/12/13	250000	99,7982	249.495,50	87,78714	87,78714	87,78714	2.928.181,05
	2.1.2.3	Sub-Total	28050000		3.296.296,65				8.386.547,50
	2.1.2	Sub-Total	34300000		9.390.728,76				8.884.883,92
	2.1	Sub-Total	34300000	53651	9.886.501,56				
	2.2	Títulos Estrangeiros							
	2.2.1	Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1	Ações							
	2.2.1.1	Sub-Total							
	2.2.1.2	Títulos de participação							
	2.2.1.2	Sub-Total							
	2.2.1.3	Unidades de participação em fundos de investimento							
	2.2.1.3	Sub-Total							
	2.2.1.4	Outros							
	2.2.1.4	Sub-Total							
	2.2.1	Sub-Total							
	2.2.2	Títulos de dívida							
	2.2.2.1	De dívida pública							
BE0000298076	2.2.2.1	BGB 5% 28/09/12	536000	103,20906	553.200,56	104,27806	104,27806	104,27806	558.930,40
IT0004508671	2.2.2.1	BTPS 2.5% 01/07/12	70000	99,2962	69.507,34	100,48591	100,48591	100,48591	70.340,14
IT0004284334	2.2.2.1	BTPS 4.25 15/10/12	95000	100,38984	95.370,35	100,87688	100,87688	100,87688	95.833,04
BE0000282684	2.2.2.1	Belgium Kingdom 8% 24/12/12	516000	107,068	552.470,88	107,06011	107,06011	107,06011	552.430,17
BE0000317264	2.2.2.1	Belgium Kingdom 2% 28/03/12	9000	100,36	9.032,40	101,57256	101,57256	101,57256	9.141,53
DE0001137354	2.2.2.1	Bundesschatzanw BKO 0.75% 13/09/13	18000	100,171	18.030,78	101,31556	101,31556	101,31556	18.236,80
DE0001135234	2.2.2.1	DBR 3.75% 04/07/13	50000	95,656	47.828,00	106,99274	106,99274	106,99274	53.486,37
DE0001135182	2.2.2.1	DBR 5% 04/01/12	30000	100,867	302.601,00	103,87799	103,87799	103,87799	311.633,96
NL0009822022	2.2.2.1	Dutch Treasury Cert. CPZ 29/02/12	500000	100,0056	500.028,00	100,04	100,04	100,04	500.200,00
FR0010011130	2.2.2.1	FRTR 4% 25/10/13	21000	105,41171	22.136,46	106,33481	106,33481	106,33481	22.330,31
FR0119812032	2.2.2.1	French Discount T-Bill BTF CPZ 19/01/12	300000	99,855	299.565,00	99,995	99,995	99,995	299.985,00
FR0119580134	2.2.2.1	French Discount T-Bill BTF CPZ 23/02/12	300000	99,786	299.358,00	99,995	99,995	99,995	299.985,00
NL0000102689	2.2.2.1	NETHER 4.25% 15/07/13	112700	105,98867	119.449,23	107,79551	107,79551	107,79551	121.485,54
DE0001141539	2.2.2.1	OBL 4 11/10/13	18000	106,566	19.181,88	107,53489	107,53489	107,53489	19.356,28
AT0000385992	2.2.2.1	RAGB 3.8% 20/10/13	167000	105,34209	175.921,29	105,66682	105,66682	105,66682	176.496,99
AT0000386198	2.2.2.1	Republic of Austria 3.5% 15/07/2015	60000	101,55	60.930,00	108,00365	108,00365	108,00365	64.802,19
ES00000120L4	2.2.2.1	Spanish Govt 3.9% 31/10/12	16000	100,485	16.077,60	100,99525	100,99525	100,99525	16.159,24
	2.2.2.1	Sub-Total	3088700		3.160.688,77				3.190.842,96
	2.2.2.2	De outros emissores públicos							
XS0219724878	2.2.2.2	European Invst Bk 4% 15/10/07	130000	99,76	129.688,00	108,8206	108,8206	108,8206	141.466,78
	2.2.2.2	Sub-Total	130000		129.688,00				141.466,78
	2.2.2.3	De outros emissores							
FR0010957670	2.2.2.3	Axa Bank Europe 3.5% 05/11/20	300000	99,033	297.099,00	99,01138	99,01138	99,01138	297.034,15

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		DESIGNAÇÃO					Valor de balanço	
CODIGO			Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário
XS0283708575	2.2.2.3	Barca Pop.Milano Float 31/01/14		200000	99,73		199.460,00	83,7541
XS0459903620	2.2.2.3	Barclays Bk Plc Float 28/01/13		350000	99,755		349.142,50	99,99226
XS0217992030	2.2.2.3	CEMG-Cayman Isl Float 03/05/12		250000	98,95378		247.384,44	92,70184
XS0366127545	2.2.2.3	Deutsche PostBank 4.5% 27/05/15		100000	99,489		99.489,00	111,77906
XS0254356057	2.2.2.3	GE Cap Eur Fund Float 05/17/21		300000	99,6		298.800,00	78,92938
XS0272672113	2.2.2.3	Hsbc Bank Plc Float 28/10/13		125000	99,87		124.837,50	95,11
DE000A0C43T6	2.2.2.3	Hypo Real Estate 3.25% 18/03/12		300000	100,69		302.070,00	102,34148
XS0287008220	2.2.2.3	Merrill Lynch Float 16/02/12		250000	99,95		249.875,00	99,79683
XS0587805457	2.2.2.3	Portugal Tel Fin 5.625% 08/02/16		300000	99,373		298.119,00	85,93282
XS0616562277	2.2.2.3	Santander Intl Float 19/03/13		200000	100		200.000,00	97,304
	2.2.2	Sub-Total		2675000			2.666.276,44	2.522.642,64
	2.2	Sub-Total		5893700			5.956.653,21	5.854.952,38
	2.2	Sub-Total		5893700			5.956.653,21	5.854.952,38
	2.3	Derivados de Negociação						
	2.3	Sub-Total						
	2.4	Derivados de Cobertura						
	2.4	Sub-Total						
	2	Total	53651	40193700			15.843.154,77	14.739.836,30
	3	Total	53651	40293700			15.943.154,77	14.818.833,21
	3	TOTAL GERAL						